POLÍTICA INTERNACIONAL

Futura ministra das Relações Exteriores da Argentina veio ao Brasil para conversar com chanceler brasileiro. Ato contraria discurso radical do eleito no país vizinho

Milei estreita laços com o governo Lula

» RENATO SOUZA

Palácio do Itamaraty/Divulgação

Diana Mondino se reuniu com o chanceler brasileiro, Mauro Vieira, em Brasília. Eles conversaram sobre relações bilaterais

Uma semana após ser eleito presidente da Argentina, o ultraliberal Javier Milei deu o primeiro passo para estabelecer uma relação amistosa com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Ontem, em uma visita surpresa, a futura ministra das Relações Exteriores do país vizinho, Diana Mondino, se reuniu com o chanceler brasileiro Mauro Vieira, em Brasília. No encontro, publicado por ela nas redes sociais, ela entregou um convite, destinado ao chefe do Planalto, para a posse do argentino, além de uma carta em que o argentino fala da importância das relações bilaterais entre as duas nações.

“Sabemos que os nossos dois países estão intimamente ligados pela geografia e pela história e, com base nisso, queremos continuar compartilhando áreas complementares, a nível de integração física, comercial e internacional, que permitam que toda esta ação conjunta se traduza, para os dois lados, em crescimento e prosperidade para argentinos e brasileiros”, diz um trecho do documento.

O ato contraria os discursos de campanha de Milei, em que ele chamou o petista de “comunista” e afirmou que cortaria relações com o Brasil. Na carta endereçada a Lula, o ultraliberal destacou, também, a importância dos países no cenário internacional. “Sei que o senhor conhece e valoriza cabalmente o que significa esse momento de transição para a memória histórica da Argentina, seu povo, e naturalmente, para mim e minha equipe”, disse na carta.

“Desejo que nosso tempo juntos como presidentes e chefes de governo seja uma etapa de trabalho frutífero e de construção de laços que consolidem o papel que Argentina e Brasil podem e devem desempenhar na comunidade

internacional”, escreveu. Ele disse também que espera encontrar o presidente brasileiro “em breve” e que envia seus cumprimentos “com estima e respeito”.

A cerimônia de posse ocorre em 10 de dezembro, na capital da Argentina, Buenos Aires. Lula não revelou se vai comparecer ao evento. No entanto, ele está sendo aconselhado por diplomatas a aceitar o convite, em razão da elevada importância das relações comerciais entre os países.

Durante a campanha presidencial, Milei afirmou que cortaria relações com o Brasil e com a China, em razão dessas nações serem comandadas por políticos de esquerda. No entanto, ao vencer o pleito, o discurso mudou e ele demonstra proximidade com

os governos citados. Ele chegou a dizer que se Lula quiser ir à posse, “será muito bem-vindo”.

Márcio Coimbra, vice-presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais (Abrig), ex-diretor da Apex-Brasil e do Senado, vê uma clara mudança de tom no discurso de Milei. Ele acredita que diante da posição do político argentino, Lula deveria avaliar seu posicionamento sobre o resultado eleitoral argentino e dar mais abertura política.

“Milei abandonou o discurso de campanha e encarnou uma postura presidencial, colocando seu país acima de diferenças políticas. Está trabalhando com os fatos e é um fato incontestável que ele e Lula precisarão dialogar.

Mostra maturidade e seriedade dando um primeiro passo que deveria ser bem recebido pelo Presidente brasileiro”, ressalta.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) também foi convidado para a solenidade de posse. Ele foi autorizado pelo chefe do Planalto a levar assessores, que todo ex-ocupante do cargo tem direito, para acompanhá-lo na viagem.

‘Campanha é uma coisa’

Após a reunião, o ministro Mauro Vieira conversou com jornalistas em Brasília. Ele afirmou que é necessário saber separar o que foi dito durante a campanha com as posições de governo, tomadas oficialmente após o eleito assumir o cargo.

Milei ter convidado o ex-presidente Jair Bolsonaro para o evento de posse. Mas ele destacou que existe um tratamento diferente para chefes de Estado. “Mas não há nenhum tipo de problema ou constrangimento de natureza que seja. Isso os governos organizam as listas de convidados e mandam e os que quiserem, aceitam, os que não quiserem, não aceitam, mas também há um tratamento diferente para chefes de Estado e convidados diretos”, completou o chanceler.

Negociações

De acordo com o Itamaraty, no encontro, o ministro Mauro Vieira e Diana Mondino discutiram a relação bilateral e o atual estágio das negociações do acordo entre o Mercosul e a União Europeia. A pasta informou, também, que a reunião foi acompanhada pelos embaixadores do Brasil em Buenos Aires, Julio Bitelli, e da Argentina em Brasília, Daniel Scioli.

A expectativa é de que Lula compareça à cerimônia, mesmo correndo o risco de sofrer alguma hostilidade por parte dos eleitores de Milei. Integrantes da inteligência brasileira e da Polícia Federal já avaliam questões de segurança para caso o petista decida ir até o evento. Na semana passada, o presidente falou que “vamos ter problemas políticos” em razão de mudanças na América do Sul.

“Estamos vivendo algumas confusões na América do Sul. Não é mais a mesma de 2002, de 2004, 2006. Vamos ter problemas políticos e, ao invés de reclamar, temos que ser inteligentes e tentar resolver. Não tenho que gostar do presidente do Chile, da Argentina, da Venezuela. Ele não tem que ser meu amigo, ele tem que ser presidente do país dele e eu tenho que ser presidente do meu país”.

RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

Brasil assume a presidência do G20

» INGRID SOARES
» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) retoma a agenda internacional a partir de hoje — um mês após a volta ao trabalho presencial, pausado por conta de uma cirurgia no quadril. As viagens abrangem reuniões em Riade, Catar e Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, onde ele participa da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP28).

O chefe do Executivo também estará na Alemanha, em 1 de dezembro. Na mesma data, o Brasil assume a presidência do G20, a qual ocupará pelo período de um ano. O combate à desigualdade e o conflito Israel-Hamas são uma das pautas emergenciais a serem tratadas no mandato brasileiro, mas há outras questões de extrema relevância, como sustentabilidade, transição energética, mudanças climáticas, o antigo pleito de representação na

ONU e o risco de esvaziamento da cúpula, assim como ocorrido na Índia, além de questões de guerra fria entre países que compõem o bloco.

Ao longo dos próximos meses, o Brasil ficará responsável por organizar reuniões temáticas e setoriais entre os países do grupo. O material será reunido e debatido na 19ª Cúpula do G20, marcada para 18 e 19 de novembro de 2024, no Rio de Janeiro. O lema da presidência brasileira será “Construindo um Mundo Justo e um Planeta Sustentável”.

Lula chegou a dizer, na semana, que o evento é mais importante, do ponto de vista político, “do que uma Copa do Mundo”. O petista também lançou a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20, formada por 39 órgãos da administração pública federal, responsável por conduzir as ações brasileiras na gestão do bloco.

A mudança energética foi abordada pelo presidente como

Ricardo Stuckert/PR

Presidente Lula tem priorizado manter relações internacionais

mais uma das prioridades do país na liderança do G20 com a reformulação de modelos de comércio. “A transição energética se apresenta para o Brasil como a oportunidade que não tivemos no Século 20: de termos a possibilidade de mostrar ao mundo quem quiser utilizar energia verde para produzir aquilo que é necessário para a humanidade encontrará no Brasil”, disse Lula.

Prioridades

A professora de ciência política da Universidade Federal

do Rio de Janeiro (UFRJ) Mayra Goulart observa que o contexto da agenda internacional de Lula está focado na desigualdade. “Embora mais de uma década tenha passado, ainda é essa ideia de combate da desigualdade que marca a performance dele. Uma retórica não apenas da desigualdade econômica, mas política e climática. O ponto central da agenda dele é a reforma do sistema multilateral das relações internacionais para que dê mais atenção ao combate às desigualdades e não seja reproduzido delas”, ressalta.

Aposta em semana verde

» ÁNDREA MALCHER

Os presidentes Arthur Lira (Câmara) e Rodrigo Pacheco (Senado) estarão na comitiva que irá a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP28), que começa dia 30 agora e segue até 12 de dezembro, em Dubai, nos Emirados Árabes. Antes do embarque, os dois desejam aprovar uma “pauta verde”.

Lira está preocupado com o baixo quórum em votações importantes, como os projetos que tratam das apostas esportivas e de taxaço de offshores e fundos exclusivos. Um grupo de deputados irá também a Dubai, além de Pacheco.

O deputado pretende pautar cinco projetos da área ambiental, como a regulamentação do mercado de carbono; o “combustível do futuro”, que trata da sustentabilidade no setor de transportes; o Programa de Aceleração de Transição Energética (Patén); e os marcos legais das usinas eólicas e da exploração de hidrogênio de baixo carbono.

O esforço concentrado não

tem acelerado a pauta. Uma sessão do Congresso com análise dos vetos de Lula foi suspensa semana passada e, por isso, não foi votado o marco temporal das terras indígenas. A falta de consenso sobre a pauta adiou a sessão.

Se houver reunião do Congresso, o marco temporal pode ser derrubado pela bancada ruralista, que, no papel, conta com 303 deputados e 50 senadores. Deputados que apoiam a causa ambiental, caso de Chico Alencar (RJ) e Célia Xakriabá (MG), ambos do Psol, afirmam existir acordo para análise desse veto após a COP28. “Há uma clara tentativa de greenwashing pré-COP28 e o acordo gira em torno de votar essa tão polêmica e ofensiva matéria dos vetos após o retorno da conferência”, disseram os dois por nota.

Para Alencar, a intenção de Lira com o esforço é chegar na COP28 com uma agenda verde para exibir. “A não apreciação dos vetos do marco temporal, na nossa opinião, pode fazer parte dessa estratégia, apesar da pressão da bancada ruralista para votar logo, com ou sem COP”, disse.